



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO- APELAÇÃO CÍVEL N.º 0293140-2

APELANTES: VANESSA SILVEIRA FIALHO E SILVA E MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

APELADOS: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES E VANESSA SILVEIRA FIALHO E SILVA

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CARGO EM COMISSÃO. SERVIDORA GESTANTE. DIREITO À ESTABILIDADE DA GESTANTE. PRIMEIRA EXONERAÇÃO APÓS O INÍCIO DA LICENÇA MATERNIDADE. IMPOSSIBILIDADE. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS COM REFLEXOS NAS FÉRIAS E NO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. SEGUNDA EXONERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SALÁRIOS DEVIDOS ATÉ O FINAL DA LICENÇA MATERNIDADE. FÉRIAS DE 2008 DEVIDAS. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE SEU PAGAMENTO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. APELAÇÃO DE VANESSA SILVEIRA FIALHO E SILVA PROVIDA PARCIALMENTE. APELAÇÃO DO MUNICÍPIO IMPROVIDA.

- 1- Trata-se de apelações cíveis interpostas por Vanessa Silveira Fialho e Silva e pelo Município de Jaboatão dos Guararapes em face da sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaboatão dos Guararapes que julgou parcialmente procedente o pedido da inicial da ação ordinária proposta por Vanessa Silveira de Fialho e Silva, determinando o pagamento à autora da remuneração correspondente ao salário maternidade do mês de dezembro de 2008, das férias proporcionais de 2/12 (dois doze avos) com acréscimo de 1/3 (um terço) referente ao período de 2008 do segundo cargo comissionado e da indenização pelos 4 (quatro) meses de salário-maternidade (janeiro de 2009 a abril de 2009), no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por cada mês.
- 2- Vanessa Silveira Fialho Silva recorreu do referido *decisum* argumentando que teria direito também a receber as diferenças salariais relativas ao cargo de Diretora de Departamento (R\$ 1.700,00), cargo que exerceu de 01/01/2005 a 06/10/2008 quando alega ter sido dispensada ilegalmente e nomeada para outra função cujo vencimento era de apenas R\$ 1.000,00, afirma que quando ocorreu esta exoneração/nomeação ela já estava em gozo de licença maternidade.
- 3- Alega também que teria direito a receber as férias referentes ao período aquisitivo de 2008. Defende ainda, a ocorrência de dano moral por conta da redução dos seus salários e por ter sido despedida na véspera do parto, o que lhe causou uma profunda depressão.
- 4- O Município de Jaboatão dos Guararapes também recorreu da sentença em tela e em suas razões defende a impossibilidade de indenização por exoneração do cargo em comissão, mormente porque a exoneração da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

- recorrida não se deu por conta do seu quadro gravídico, mas sim, pela mudança de gestão ocorrida com as eleições de 2008. Alega também que o ato que exonerou a apelada foi um ato geral que exonerou também todos os outros agentes que ocupavam cargos comissionados na gestão anterior. Por último, o Município afirma no seu recurso que a estabilidade da gestante não se aplica às servidoras contratadas a título precário. Ao final, pede o provimento do recurso.
- 5- Vanessa Silveira Fialho e Silva era servidora comissionada da Secretaria de Saúde da Jaboatão, tendo exercido no período de 01/01/2005 a 05/10/2008, a função de Diretora de Departamento. Em 06/10/2008 foi exonerada e nomeada para outra função, Chefe de Divisão de Clínica Geral e em 01/01/2009 foi exonerada desta última função.
 - 6- Alega a apelante que com essa modificação de função sofreu redução de seus vencimentos, pois na primeira função exercida recebia R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais) e na segunda, apenas R\$ 1.000,00 (mil reais) e que isto era ilegal, haja vista ter entrado em gozo de licença maternidade no dia 03/10/2008, ou seja, dois dias antes da primeira exoneração.
 - 7- O presente caso trata do confronto entre dois dispositivos constitucionais: o do art. 37, inc II (que trata da natureza precária do cargo em comissão, por ser de livre nomeação e exoneração) e art. 7, inc. XVIII c/c art. 39, §3º (o direito da servidora pública à licença gestante e a estabilidade provisória no gozo desse benefício) todos da Constituição Federal.
 - 8- O Supremo Tribunal Federal realizando o sopesamento destes dispositivos entendeu por flexibilizar a natureza precária do vínculo do cargo em comissão e garantir a estabilidade da gestante, mesmo para a servidora nomeada em cargo em comissão, para proteger a maternidade. Precedentes: ((RE 368460 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 27/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-081 DIVULG 25-04-2012 PUBLIC 26-04-2012) (RE 420839 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 20/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-081 DIVULG 25-04-2012 PUBLIC 26-04-2012)
 - 9- Desse modo, entende-se que a estabilidade da gestante deve sim ser concedida a ex-servidora Vanessa Silveira Fialho e Silva por conta do reconhecimento do Supremo Tribunal Federal de que a proteção a maternidade deve suplantiar o caráter precário do cargo em comissão quando estiverem em confronto esses institutos.
 - 10- A primeira exoneração da apelante Vanessa Silveira ocorreu após ela ter ingressado no período de licença maternidade, conforme comprova o documento de fls. 34. Ora, se cabe a estabilidade para a gestante mesmo estando investida em cargo em comissão, logicamente só se pode concluir que a primeira exoneração da ex-servidora já era ilegal, independente de ter sido nomeada em outro cargo no mesmo ato e mormente quando se observa a redução sofrida nos seus rendimentos que caíram de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) para R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais.
 - 11- Entende-se que não teria lógica admitir a estabilidade da gestante para que a servidora comissionada continuasse na administração pública, mas não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

admiti-la para a continuidade no cargo em comissão que exercia, já que ambos os cargos tinha o provimento de mesma natureza, qual seja, comissionada.

- 12- Portanto, no caso presente, entende-se que a estabilidade não deve ser garantida apenas de forma genérica, mas, estabilidade no cargo em comissão de Diretora de Departamento.
- 13- Assim, a sentença deve ser reformada e garantido o recebimento do salário no patamar de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais) desde outubro de 2008 até abril de 2009, quando teria fim a licença gestante da ex-servidora, com os devidos reflexos no décimo terceiro salário e 1/3 de férias.
- 14- No tocante ao recebimento das férias no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2008, quando foi exonerada, entendo que também assiste razão a ex-servidora.
- 15- Com relação ao período de janeiro de 2008 a dezembro de 2008 não há comprovação do pagamento das férias, inclusive às fls. 49 consta a solicitação das férias deste período para abril de 2009. Sendo assim, tenho que é devido o pagamento desta verba, que destaque deve ser realizado com base no salário de Diretora de Departamento, ou seja, R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), por decorrência lógica do reconhecimento da estabilidade acima decidida.
- 16- No tocante ao pedido de danos morais, tenho que apesar de realmente uma exoneração ou demissão ocasionar ao servidor ou trabalhador um certo desconforto, ainda mais quando a servidora em questão está grávida não vislumbro que tal ato tenha ocasionado mais do que apenas um dissabor.
- 17- O atestado que informa o quadro depressivo da ex-servidora menciona que o tratamento teve início em 30/07/2009, ou seja, sete meses depois de ter havido a sua exoneração. Além disso, não menciona que seu problema tenha relação com o fato analisado neste autos.
- 18- Ademais, a apelante/apelada desde o início tinha conhecimento de que seu vínculo com a Administração era de natureza precária. É de se destacar também que o ato que a exonerou definitivamente do serviço público ocorreu por conta da mudança de gestão da Prefeitura Municipal, o que é bastante comum e por ter sido um ato geral, resta claro que não ocorreu por conta do seu estado gravídico.
- 19- Provimento parcial da apelação cível da senhora Vanessa Silveira Fialho e Silva para reconhecer seu direito à estabilidade provisória e remuneração do cargo de Diretora de Departamento, percebendo o valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) até abril de 2009, quando terminaria sua licença maternidade, com os devidos reflexos na remuneração de férias e décimo terceiro e ainda o direito a férias no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2008 a ser pago com base na remuneração acima referida.
- 20- Negado provimento à apelação do Município do Jaboatão dos Guararapes.
- 21- Mantenho a sucumbência recíproca, conforme a sentença atacada.

Acórdão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores da Terceira Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório, votos e notas taquigráficas que passam a integrar o presente julgado, à unanimidade, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO DE VANESSA SILVEIRA FIALHO E SILVA E NEGAR PROVIMENTO AO APELO DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES. .**

Recife, 12/06/2014.


~~Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo~~
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

128
A

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO- APELAÇÃO CÍVEL N.º 0293140-2

APELANTES: VANESSA SILVEIRA FIALHO E SILVA E MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES.

APELADO: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES E VANESSA SILVEIRA FIALHO E SILVA

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO

Trata-se de apelações cíveis interpostas por Vanessa Silveira Fialho e Silva e pelo Município de Jaboatão dos Guararapes em face da sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaboatão dos Guararapes que julgou parcialmente procedente o pedido da inicial da ação ordinária proposta por Vanessa Silveira de Fialho e Silva.

A referida decisão determinou o pagamento à autora da remuneração correspondente ao salário maternidade do mês de dezembro de 2008, das férias proporcionais de 2/12 (dois doze avos) com acréscimo de 1/3 (um terço) referente ao período de 2008 do segundo cargo comissionado e da indenização pelos 4 (quatro) meses de salário-maternidade (janeiro de 2009 a abril de 2009), no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por cada mês, com juros de acordo com a tabela Encoge até a publicação da lei nº 11.960 de 30/06/2009 e a partir desta data pelo que está previsto na referida lei. Por conta da sucumbência recíproca determinou a partilha das custas processuais e que cada parte arcasse com os honorários de seus patronos.

Vanessa Silveira Fialho Silva recorreu do referido *decisum* argumentando que teria direito também a receber as diferenças salariais relativas ao cargo de Diretora de Departamento (R\$ 1.700,00), cargo que exerceu de 01/01/2005 a 06/10/2008 quando alega ter sido dispensada ilegalmente e nomeada para outra função cujo vencimento era de apenas R\$ 1.000,00, baseia tal alegação no fato de que quando ocorreu esta nomeação ela já estava em gozo de licença maternidade, portanto, a dispensa do primeiro cargo seria ilegal.

Alega também que laborou em equívoco o magistrado de piso quando considerou a nova nomeação como continuidade do vínculo anterior para justificar o não pagamento das diferenças salariais, mas não em relação às férias vencidas e proporcionais que teria direito de receber, referente ao período aquisitivo de 2008, qual seja, 01/01/2007 a 01/01/2008. Defende também a ocorrência de dano moral por conta da redução dos seus salários e por ter sido despedida na véspera do parto, o que lhe causou uma profunda depressão.

Em suas contrarrazões, o Município verbera que não são devidas as diferenças salariais, tendo em vista a natureza do cargo que ocupava, que era de livre



180

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

nomeação e demissão e que houve apenas alteração em sua função que deixou de ser Diretora de Departamento para Chefe de Divisão Clínica, situação perfeitamente legal diante do tipo de cargo que ocupava.

No tocante ao pedido de férias defende que apesar da continuidade do vínculo com a administração, a recorrente ocupou no período dois cargos públicos, o de Diretora de 01/01/2008 a 05/10/2008 e de Chefe de Divisão, entre 06/10/2008 e 01/01/2009, por isso, não houve aquisição de férias integrais, e sim, férias proporcionais para ambos os cargos. Alega ainda que na apelação, a recorrente pretende confundir o pedido, pois alega que o período aquisitivo foi de 01/01/2007 a 01/01/2008, quando na verdade, não consta este pedido na inicial. Sustenta também que não é cabível o dano moral.

O Município de Jaboatão dos Guararapes também recorreu da sentença em tela e em suas razões defende a impossibilidade de indenização por exoneração do cargo em comissão, mormente porque a exoneração da recorrida não se deu por conta do seu quadro gravídico mas sim, pela mudança de gestão ocorrida com as eleições de 2008. Alega também que o ato que exonerou a apelada foi um ato geral que exonerou também todos os outros agentes que ocupavam cargos comissionados na gestão anterior e realizado pelo Prefeito eleito no Município, portanto, deve ser julgado improcedente o pedido de indenização referente ao salário maternidade de dezembro de 2008 a 2009. Por último, o Município afirma no seu recurso que a estabilidade da gestante não se aplica às servidoras contratadas a título precário. Ao final, pede o provimento do recurso.

Em suas contrarrazões, a apelada Vanessa Silveira Fialho Silva pugna pelo improvimento do recurso de apelação do município (fls. 173/179)

É o relatório. À revisão.

Recife, 12/05/2011

Des. ~~Alfredo Sérgio Magalhães Jambo~~
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO- APELAÇÃO CÍVEL N.º 0293140-2

APELANTES: VANESSA SILVEIRA FIALHO E SILVA E MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES.

APELADO: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES E VANESSA SILVEIRA FIALHO E SILVA.

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

VOTO

Inicialmente tenho que deve ser feito um breve resumo da situação.

Vanessa Silveira Fialho e Silva era servidora comissionada da Secretaria de Saúde da Jaboatão, tendo exercido no período de 01/01/2005 a 05/10/2008, a função de Diretora de Departamento. Em 06/10/2008 foi exonerada e nomeada para outra função, Chefe de Divisão de Clínica Geral e em 01/01/2009 foi exonerada desta última função.

Alega a apelante que com essa modificação de função sofreu redução de seus vencimentos, pois na primeira função exercida recebia R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais) e na segunda, apenas R\$ 1.000,00 (mil reais) e que isto era ilegal, haja vista ter entrado em gozo de licença maternidade no dia 03/10/2008, ou seja, três dias antes da primeira exoneração

Passo a analisar agora as argumentações das partes sobre o decidido na sentença.

Para que haja uma análise lógica dos argumentos, analiso primeiramente a possibilidade de estabilidade para servidoras nomeadas para cargo em comissão e a incidência do art. 7º, inciso XVIII da Constituição Federal para as referidas servidoras.

O presente caso trata do confronto entre dois dispositivos constitucionais: o do art. 37, inc II e art. 7, inc. XVIII c/c art. 39, §3º todos da Constituição Federal. Transcreve-se:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
(...)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)

(...)

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

O Supremo Tribunal Federal realizando o sopesamento destes dispositivos entendeu por flexibilizar a natureza precária do vínculo do cargo em comissão e garantir a estabilidade da gestante, mesmo para a servidora nomeada em cargo em comissão, para proteger a maternidade. Veja-se os seguintes julgados:

EMENTA Agravo regimental em recurso extraordinário. Servidora pública em licença gestante. Estabilidade. Reconhecimento, mesmo em se tratando de ocupante de cargo em comissão. Precedentes. 1. Servidora pública no gozo de licença gestante faz jus à estabilidade provisória, mesmo que seja detentora de cargo em comissão. 2. Jurisprudência pacífica desta Suprema Corte a respeito do tema. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 368460 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 27/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-081 DIVULG 25-04-2012 PUBLIC 26-04-2012)

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário. Servidora gestante. Cargo em comissão. Exoneração. Licença-maternidade. Estabilidade provisória. Indenização. Possibilidade. 1. As servidoras públicas, em estado gestacional, ainda que detentoras apenas de cargo em comissão, têm direito à licença-maternidade e à estabilidade provisória, nos termos do art. 7º, inciso XVIII, c/c o art. 39, § 3º, da Constituição Federal, e art. 10, inciso II, alínea b, do ADCT. 2. Agravo regimental não provido. (RE 420839 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 20/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-081 DIVULG 25-04-2012 PUBLIC 26-04-2012)

Desse modo, entendo que a estabilidade da gestante deve sim ser concedida a ex-servidora Vanessa Silveira Fialho e Silva por conta do reconhecimento do Supremo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Tribunal Federal de que a proteção a maternidade deve suplantar o caráter precário do cargo em comissão quando estiverem em confronto esses institutos.

Considerando isto e compulsando os autos observo que a primeira exoneração da apelante Vanessa Silveira, ocorreu após ela ter ingressado no período de licença maternidade, conforme comprova o documento de fls. 34. Ora, se cabe a estabilidade para a gestante mesmo estando investida em cargo em comissão, logicamente só se pode concluir que a primeira exoneração da ex-servidora já é ilegal, independente de ter sido nomeada em outro cargo no mesmo ato e mormente quando se observa a queda sofrida nos seus rendimentos que caíram de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) para R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais.

Não teria lógica admitir a estabilidade da gestante para que a servidora comissionada continuasse na administração pública, mas não admiti-la para a continuidade no cargo em comissão que exercia, já que ambos os cargos tinha o provimento de mesma natureza, qual seja, comissionada.

Portanto, entendo que a estabilidade não deve ser garantida apenas de forma genérica, mas, no caso presente, estabilidade no cargo em comissão de Diretora de Departamento, pois o sentido da norma é garantir a proteção da mãe e da criança então como dizer que há garantia se o salário pode ser reduzido, a qualquer momento e sem limitação?

Assim, considero que esta parte da sentença deve ser reformada e garantido o recebimento do salário no patamar de R\$ 1700,00 (mil e setecentos reais) desde outubro de 2008 até abril de 2009, quando teria fim a licença gestante da ex-servidora, com os devidos reflexos no décimo terceiro salário e 1/3 de férias.

Portanto, tem razão a ex-servidora Vanessa Silveira Fialho e Silva em seu recurso de apelação neste ponto e descabe a argumentação do município acerca da inexistência de estabilidade por conta da natureza do cargo em comissão exercido pela ex-servidora acima referida.

No tocante ao recebimento das férias no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2008, quando foi exonerada, entendo que também assiste razão a ex-servidora.

Pelas fichas financeiras acostadas aos autos se vê que as férias do período de fevereiro a dezembro de 2005, foram pagas em fevereiro de 2006 (fls. 45). As referentes ao período de janeiro de 2006 a dezembro de 2006 foram pagas em janeiro de 2007 (fls. 44). As referentes a janeiro de 2007 a dezembro de 2007 foram pagas em janeiro de 2008. No entanto, com relação ao período de janeiro de 2008 a dezembro de 2008 não há comprovação do pagamento das férias, inclusive às fls. 49 consta a solicitação das férias deste período para abril de 2009.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Sendo assim e inexistindo comprovação de pagamento das referidas férias do período de janeiro a dezembro/2008 tenho que é devido o pagamento desta verba, que destaque deve ser realizado com base no salário de Diretora de Departamento, ou seja, R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), por decorrência lógica do reconhecimento da estabilidade acima decidida.

No tocante ao pedido de danos morais, tenho que apesar de realmente uma exoneração ou demissão ocasionar ao servidor ou trabalhador um certo desconforto, ainda mais quando a ex-servidora em questão está grávida não vislumbro que tal ato tenha ocasionado mais do que apenas um dissabor.

O atestado que informa o quadro depressivo da servidora menciona que o tratamento teve início em 30/07/2009, ou seja, sete meses depois de ter havido a sua exoneração. Além disso, não menciona que seu problema tenha relação com o fato analisado neste autos. A juízo de piso bem analisou esta questão quando decidiu:

“Ademais, não há como se afirmar que da prova colacionada aos autos, que o quadro de depressão pós-parto, alegado pela autora, foi causado pela exoneração do cargo comissionado. O documento juntado pela requerente Às fls. 21, apenas atesta que a autora vem realizando tratamento com apoio psicoterápico iniciado em 30/07/2009, ou seja, 09 (nove) meses após a realização do parto (fls. 21). Ausente o nexo de causalidade, não persiste o dano moral.”

Ademais, a apelante/apelada desde o início tinha conhecimento de que seu vínculo com a Administração era de natureza precária. É de se destacar também que o ato que a exonerou definitivamente do serviço público ocorreu por conta da mudança de gestão da Prefeitura Municipal, o que é bastante comum e por ter sido um ato geral, resta claro que não ocorreu por conta do seu estado gravídico.

Assim, meu voto é no sentido de dar provimento parcial à apelação cível da senhora Vanessa Silveira Fialho e Silva para reconhecer seu direito à estabilidade e remuneração do cargo de Diretora de Departamento, percebendo o valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) até abril de 2009, quando terminaria sua licença maternidade, com os devidos reflexos na remuneração de férias e décimo terceiro e ainda o direito a férias no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2008 a ser pago com base na remuneração acima referida.

Quanto à apelação do Município voto no sentido de negar-lhe provimento.

Mantenho a sucumbência recíproca, conforme a sentença atacada.

Recife, 12/06/2014

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



195
a

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
APELAÇÃO CÍVEL N.º 293140-2
APELANTE/APELADA: VANESSA SILVEIRA FIALHO E SILVA
APELANTE/APELADO: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO
Revisor: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO DE REVISÃO:

Analisados os autos, acompanho o eminente relator e voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo do município de Jaboatão dos Guararapes e **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao apelo da senhora Vanessa Silveira Fialho e Silva, nos termos do voto condutor.

Recife, 12 de  de 2014


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Revisor